

...continuação de Continuidade. Os valores segurados são definidos em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso. **3.7 - Imobilizado - Bens de Terceiros:** O imobilizado de uso da unidade gerenciada CEAR - Vila Mariana é composto por bens de terceiros, fruto de aquisição realizada com recursos de convênios para os quais possuímos documentação de cessão de uso sendo classificados de modo a atender a legislação atual. Os ativos estão distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Posição em 31/12/2017		Aquisição		Baixa	Posição em 31/12/2018	
Imobilizado - Bens de Terceiros			549.665,05	26.577,42	(13.200,18)		563.042,29
Bens Móveis			549.665,05	26.577,42	(13.200,18)		563.042,29
Equipamento Processamento de Dados			74.663,30	-	-		74.663,30
Mobiliário em Geral			443.448,00	12.225,00	(10.000,00)		445.673,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos			13.559,35	10.860,95	-		24.420,30
Aparelhos e Utensílios Domésticos			9.540,00	3.491,47	(3.200,18)		9.831,29
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial			759,90	-	-		759,90
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto			7.694,50	-	-		7.694,50
Total Imobilizado - Terceiros			549.665,05	26.577,42	(13.200,18)		563.042,29
Descrição	Posição em 31/12/2017	Baixa	Ajuste de Vida Útil	Posição em 31/12/2018	Taxas anuais médias de Ajuste	%	
Ajuste de Vida Útil Acumulada							
de Bens de Terceiros	(366.084,16)	1.204,75	(104.857,06)	(469.736,47)			
Bens Móveis	(366.084,16)	1.204,75	(104.857,06)	(469.736,47)			
Equipamento Processamento de Dados	(48.711,82)	0,00	(14.088,72)	(48.711,82)			20,00
Mobiliário em Geral	(306.177,11)	0,00	(86.706,96)	(306.177,11)			10,00
Máquinas Utensílios e Equipamentos Diversos	(4.690,96)	0,00	(1.328,44)	(4.690,96)			10,00
Aparelhos e Utensílios Domésticos	(1.409,54)	0,00	(499,50)	(1.409,54)			10,00
Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	(158,25)	0,00	(75,96)	(158,25)			10,00
Equipamentos para Áudio Vídeo e Foto	(4.936,48)	0,00	(1.539,24)	(4.936,48)			10,00
Total Ajuste de Vida Útil Acumulada	(366.084,16)	1.204,75	(104.857,06)	(469.736,47)			

3.7.1 - Ajuste de Vida Útil: A instituição efetua o ajuste de vida útil dos bens de terceiros, de propriedade do contratante, através do método linear e utilizando as taxas anuais divulgadas em nota explicativa (3.8 Imobilizado), de modo a demonstrar o valor residual dos bens de terceiros. **3.8 - Fornecedores:** As obrigações com fornecedores nacionais são reconhecidas pelo seu custo de aquisição, de acordo com os valores praticados no mercado interno. São registrados pelo valor das notas fiscais ou faturas provenientes da compra de materiais e serviços adquiridos no curso normal das atividades. O prazo médio de pagamento é de aproximadamente 90 dias. **3.9 - Serviços de Terceiros:** Estas obrigações representam a contratação de serviços de terceiros, pessoa física e jurídica pela instituição, em sua grande parte, relacionados a contratos de prestação de serviços, tais como: limpeza e conservação, vigilância, portaria, manutenções preventivas, etc. **3.10 - Salários a Pagar:** De acordo com o Art. 76 da CLT - Salário é a contraprestação mínima devida e paga diretamente pelo empregador a todo trabalhador, inclusive ao trabalhador rural, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço. A instituição efetua o pagamento mensal das remunerações no quinto dia útil subsequente ao mês de competência. **3.11 - Contribuições a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a folha de pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de INSS, FGTS e PIS, sendo reconhecidos obedecendo ao princípio da competência. Os mesmos são recolhidos mensalmente em suas respectivas datas de vencimento, ou seja, INSS até o dia 20, FGTS até o dia 07 e PIS até o dia 25 do mês subsequente, conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior a data limite. **3.12 - Provisões de Férias e Encargos:** Referem-se às Provisões de Férias e encargos, dos quais estes foram provisionados, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, determinados com base na remuneração mensal dos colaboradores e no número de dias de férias a que já tenha direito bem como os encargos sociais incidentes sobre os valores que foram objetos da provisão na data da elaboração das Demonstrações Financeiras, respeitado o Princípio da Competência e conforme informações fornecidas pelo setor responsável pelas mesmas. **3.13 - Impostos a Recolher:** Representam os valores devidos sobre a Folha de Pagamento e relativos ao cumprimento de recolhimentos de IRRF CLT e ISS, os mesmos são recolhidos mensalmente nas respectivas datas de vencimentos, conforme legislação vigente IRRF até o dia 20 e ISS até o dia 10 do mês subsequente (PMSP), conforme legislação vigente, caso tais datas não sejam dias úteis, os pagamentos são antecipados para o dia útil anterior à data limite. **3.14 - Obrigações Tributárias:** A obrigação tributária de acordo com o §1º do art. 113 do CTN, é aquela que surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. Constituem as obrigações de IRPJ, INSS, ISS, PIS/COFINS/CSLL e Outras Taxas Municipais, relativos aos valores relacionados aos prestadores de serviços de terceiros contratados pela unidade gerenciada, o saldo contabilizado em 2018 totalizou R\$ 20.699,73. **3.15 - Empréstimos Funcionários:** Conforme Lei 10.820 de 17/12/2003 são empréstimos consignados realizados por Instituições Financeiras a funcionários mediante anuência da Entidade, com pagamentos indiretos cujas parcelas são deduzidas diretamente da folha de pagamento. Em atendimento a legislação vigente a unidade gerenciada oferece a seus funcionários créditos consignados junto ao Banco Bradesco S.A. O saldo contabilizado em 31.12.2018 foi de R\$ 6.356,67. **3.16 - Outras contas a pagar:** Os valores evidenciados em outras contas a pagar referem-se a outras obrigações que em um primeiro instante não se encaixam nas demais nomenclaturas do plano de contas da Instituição, ou ainda, aqueles valores não usuais a atividade principal da instituição. **3.17- Convênios/Contratos públicos a realizar (Circulante e não Circulante):** De acordo com a Resolução 1.305/10 (NBC TG 07 R1) Item 15A e Resolução 1.409/12 (ITG 2002- R1) Item 11 e 12, a SPDM passou a adotar a sistemática de contabilização dos valores mantidos em Convênios com o poder público, de forma a evidenciar os valores previstos a serem realizados, durante a execução do Convênio, na execução da atividade operacional. O saldo a realizar em curto prazo em 31.12.2018 representa R\$ 12.849.309,29. **3.18 - Estimativas Contábeis:** A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de determinados valores que sejam registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor de realização ou recuperação, as provisões para indenizações e provisões para perdas em geral. No caso da Provisão de Férias e Encargos, os mesmos foram provisionados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço. A liquidação das transações registradas com base em estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Entidade revisa periodicamente as estimativas e premissas. **3.19 - Outros Ativos e Passivos:** Correspondem a valores a receber e/ou a pagar, registrados pelo valor da realização e/ou exigibilidade na data do balanço, sendo que, na sua grande maioria, estes valores encontram-se acrescidos de encargos contratuais e juros. Os valores referentes a passivos com fornecedores encontram-se com valor histórico, com exceção feita a aqueles que resultam de demandas judiciais cujo valor encontra-se conforme decisão judicial. **3.20 - Apuração do Resultado:** Conforme Resolução Nº 1.305/10 (NBC TG 07 R1), Item 12, O resultado do exercício é apurado segundo o Regime de Competência. As receitas e despesas são confrontadas ao final do exercício, de maneira que o resultado apurado será sempre “zero”. Portanto a apuração do resultado não interfere no Patrimônio Líquido da instituição. **4 - Origem e Aplicação dos Recursos:** As receitas, inclusive as doações, subvenções, contribuições, bem como as despesas, são registradas pelo regime de competência. As receitas da Entidade são apuradas através dos comprovantes, contratos, avisos bancários, recibos e outros, como também suas despesas são apuradas através de Notas Fiscais e Recibos, em conformidade com as exigências legais-fiscais. **4.1 - Das Receitas Operacionais:** Os recursos públicos obtidos através Convênios são de uso restrito para custeio e/ou investimento das atividades operacionais. As receitas operacionais da instituição são aplicadas na atividade operacional e são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com a NBC TG 07 (R1) Item 12, onde a subvenção governamental deve ser reconhecida como re-

ceita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, sempre levando em consideração a Prevalência da Essência sobre a Forma, no reconhecimento dos Convênios. **4.1.1 - Rendimentos sobre Aplicação Financeira - Receitas Financeiras com Restrição:** Os recursos provenientes de convênios e contratos públicos, são eventualmente mantidos em conta de aplicação financeira, enquanto não utilizados para o custeio da unidade gerenciada. Os rendimentos sobre aplicações financeiras são reconhecidos como Receitas Financeiras no Resultado da Entidade, e transferidos para a conta de Passivo denominada “Convênios/Contratos Públicos a Realizar”, em conformidade com o Item 29 da NBC TG 07 (R2) Subvenção e Assistência Governamental. Em 2018 tais valores representam o montante de R\$ 25.198,11. **4.2 - Custos e Despesas Operacionais:** Os custos operacionais estão relacionados aos valores referentes aos setores produtivos da unidade gerenciada e foram segregados, classificados de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. As despesas operacionais por sua vez estão relacionadas aos valores referentes aos setores administrativos e foram segregadas, classificadas de acordo com a estrutura e parametrização do sistema da SPDM. **4.3 - Auxílios, Subvenções e ou Convênios Públicos:** São recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais, e que tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, conforme contrato, a unidade gerenciada presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades. A unidade gerenciada realiza a contabilização de todos seus convênios atendendo à Resolução CFC Nº 1.305/10 na qual uma Assistência Governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições da Norma. Nenhuma Assistência Governamental pode ser creditada diretamente no patrimônio líquido. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da recei-

8 - Relatório de Execução

Relatório de Execução do Convênio - 2018						
Linha de Contratação	1º Semestre		2º Semestre		Total 2018	
	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado	Meta Proposta	Resultado Alcançado
Medicamentos Distribuidos - Total	120.000 atendimentos	11.759.187	120.000 atendimentos	12.029.876	240.000 atendimentos	23.789.063
Atendimentos - Total		190.857		228.707		419.564
Triagem		62.625		87.792		150.417
Guichê/Presencial		128.232		140.915		269.147

(*) **Observação:** a meta proposta da linha de contratação da Farmácia, trata-se de estimativa de atendimento, que pode sofrer incremento ou decrémento, haja vista a característica dos serviços da Unidade de Farmácia, que permite a demanda espontânea de pacientes.

9 - Contribuições Sociais: Por atender aos requisitos estabelecidos no artigo 29 da Lei 12.101 de 27/11/2009, alterada pela Lei 12.868/13, regulamentada pelo Decreto 8.242/14 e à portaria 834 de 27/04/2016 do Ministro da Saúde, a Instituição teve o seu Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-Saúde), deferido conforme Portaria SAS/MS nº 1.893, de 07.12.2016, publicada no Diário Oficial da União em 08/12/2016, com validade de 01/01/2015 à 31/12/2017, fazendo jus ao direito de usufruir da isenção do pagamento da Cota Patronal das Contribuições Sociais e isenção da COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que também é uma contribuição social, de natureza tributária, incidente sobre a receita bruta das empresas em geral, destinada a financiar a seguridade social. Em 30.10.2017, a Entidade protocolou, tempestivamente, junto ao Ministério da Saúde, o seu requerimento de renovação, conforme processo SIPAR nº 25000.463598/2017-21, o qual aguarda deferimento pelo Ministério. Os montantes das isenções e as contribuições usufruídas durante o exercício de 2018 se encontram registrados em conta específica de receita e totalizou R\$ 1.066.033,47. Em face de Entidade ter como área de atuação preponderante a da Saúde, tem obrigatoriedade de cumprir o estabelecido na portaria 834 de 26/04/2016, a qual dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE) e traz em seu artigo 30 que na análise das demonstrações contábeis serão observadas prioritariamente: - Demonstração do Resultado (DRE) o valor do benefício fiscal usufruído (inciso II alínea “d”) e em Notas Explicativas o valor dos benefícios fiscais usufruídos (inciso III alínea “C”). Desta forma, para continuar cumprindo o estabelecido em portaria, a Entidade continua reconhecendo na DRE os valores usufruídos. As isenções e contribuições sociais usufruídas são referentes à COFINS, INSS Patronal sobre a folha de pagamentos sobre serviços próprios e de terceiros PF. **9.1 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2018, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de empregados a qual se encontra registrada em conta específica e monta em R\$ 861.233,45. Em 2017, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 827.568,24. **9.2 - Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal, sobre a folha de pagamento por Serviços de Terceiros:** Conforme descrito no item 9, face à sua condição de Entidade Filantrópica garantida nos termos da Lei 12.101/2009, a Entidade usufruiu no exercício de 2018, da Isenção da Contribuição Previdenciária Patronal sobre a folha de pagamento de Terceiros a qual se encontra registrada em conta específica e monta em R\$ 960,00. Em 2017, a referida isenção, que também se encontra registrada em conta específica de receita, totalizou o valor de R\$ 1.000,00. **9.3 - Isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS):** A isenção da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) está baseada na condição filantrópica da Entidade. Conforme classificação em conta específica o montante no exercício 2018 foi de R\$ 203.840,02. Tomando-se por base os recursos recebidos em 2017, esse montante foi de R\$ 190.242,89. **9.4 - Trabalho Voluntário:** Em 02/09/2015 o Conselho Federal de Contabilidade publicou a revisão da Interpretação Técnica Geral (ITG) 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, norma que regulamenta a contabilidade das entidades do Terceiro Setor. Dentre as alterações realizadas na ITG 2002 encontra-se a que estabelece que o tra-

ta na demonstração do resultado, a contrapartida da Assistência Governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo. No exercício de 2018, a unidade gerenciada recebeu através da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo Assistências Governamentais conforme quadro abaixo:

Convênios Vigentes em 2018		
Número do Convênio	Vigência	Valor Recebido em 2018
778/2016	30/12/2016 à 30/12/2019	R\$ 7.839.534,92
Total dos Convênios (Recebido)		R\$ 7.839.534,92
5 - Patrimônio Líquido: Conforme esclarecido em balanços anteriores, de acordo com apurado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido de 2.012, e descrito em notas explicativas dos anos, a SPDM procedeu a ajustes necessários para se adequar ao que estabeleceram as Resoluções 1305/10 e 1409/12, no que se refere ao reconhecimento dos recursos com restrição originários de contratos de gestão, convênios públicos e outros tipos de Assistência Governamental. O patrimônio líquido atualmente não apresenta valores, em virtude de aplicação do que estabelece as Resoluções CFC 1409/12 (Item 11) e CFC 1305/10 (Item 12 e 15A), que enquanto não atendido os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da Assistência Governamental de Contribuição para Custeio e Investimento deve ser em conta específica do Passivo, de forma que o resultado será sempre “zero”. Em virtude da aplicação das normas acima relacionadas, a Entidade optou em não divulgar a DMPL - Demonstração da Mutações do Patrimônio Líquido, pois não houve movimentação no Patrimônio Líquido nos períodos de 2017 e 2018 respectivamente. 6 - Resultado Operacional: Em virtude do reconhecimento de receitas e despesas conforme Resolução nº 1.305/13 (NBC TG 07 R1), Item 12 e 15A, o resultado do exercício tem sido “zero” face à exigência do reconhecimento em contas de resultado, de receitas e despesas compensadas em bases sistemáticas. Em 2018, a Instituição reconheceu repasses e outras receitas no montante de R\$ 7.864.798,36 esses recursos foram aplicados na atividade operacional e assistencial da unidade gerenciada, considerando custos e despesas operacionais no período, totalizando um montante de R\$ (6.822.237,01). Dessa forma, se houvesse apuração do resultado operacional, a instituição encerraria o exercício com um resultado superavitário de R\$ 1.042.561,35. O resultado superavitário ficará consignado em conta específica do passivo, denominada “convênios/contratos públicos a realizar”, até o final da execução do Convênio, demonstrando seu equilíbrio econômico-financeiro. 7 - Das Disposições da Lei 12.101 e Portaria 834/16 MS: Por ser Entidade Filantrópica da área da saúde, a SPDM, em conformidade ao estabelecido no inciso II do artigo 4º da Lei 12.101 de 27.11.2009, alterada pela Lei 12.868/13 regulamentada pelo Decreto nº 8.242/14,tem por obrigação ofertar à população carente sem distinção de etnia, sexo, credo ou religião, a prestação de todos os seus serviços aos clientes do SUS no percentual mínimo de sessenta por cento, e comprovar, anualmente, a prestação dos serviços de que trata o inciso II, com base no somatório das internações realizadas e dos atendimentos ambulatoriais prestados. De acordo com o Art. 36 da mesma portaria, a entidade que tenha sob sua gestão outras entidades poderá incorporar nos seus serviços o limite de 10% dos serviços prestados ao SUS pelos estabelecimentos a ela vinculados. Em 2018 o CEAR - Vila Mariana, apresentou a seguinte produção:		
Tipo de Atendimento		Total
Medicamentos Distribuídos		23.789.063
Pacientes - Atendimentos Triagem		150.417
Pacientes - Atendimentos Guichê/Presencial Alto Custo		269.147

balho dos integrantes da administração das entidades deve ser incluído como trabalho voluntário. Desta forma, conforme item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade. A Entidade possui dois tipos de trabalho voluntário sendo um dos dirigentes estatutários e outro de prestadores de serviços de voluntariado. Para o cálculo da remuneração que seria devida, a Entidade toma por base o número de Conselhos, o de Conselheiros e o tempo dedicado à atividade por cada um. Para o ano de 2018 tomou por base o valor médio dos honorários praticados em Ago/2017 (R\$/hora) no Brasil: *Pesquisa Perfil das Empresas de Consultoria no Brasil 2016 Conceição e Coordenação Luiz Affonso Romano Análise Estatística Sérgio Santos Comercialização*. Tomando como base o valor médio da hora multiplicado pelo número de horas chegou-se ao montante devido no mês, o qual foi dividido de maneira simples pelo número de unidades ativas no período. Para os demais trabalhos voluntários a valorização é feita pelo valor da hora da categoria a que pertence o voluntário. Em 2018, o trabalho voluntário estatutário representou R\$ 2.249,89 (Dois mil duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e nove centavos). Em 2017 a entidade apurou o valor de R\$ 8.706,45 (Oito mil, setecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos). **10 - Ajuste a Valor Presente (Resolução do CFC nº 1.151/09 NBC TG 12):** Em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa direito ou obrigação descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisar os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não circulantes da Entidade, a Administração entendeu que apenas em alguns casos de aquisição de ativo foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas (elementos dos ativos e passivos não circulantes) não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução 1.151/09, que aprova NBC TG 12, onde descreveremos a seguir, as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma: • Todas as transações que dão origem aos ativos ou passivos, receitas ou despesas e, ainda, mutações do patrimônio líquido que tenham como contrapartida um ativo ou passivo com liquidação financeira (a pagar ou a receber) que possuam data de realização diferente da data do seu reconhecimento; • As operações que, em sua essência, representem uma saída de valores como financiamento, tendo como contrapartida clientes, empregados, fornecedor, entre outros. Essa situação deve-se ao fato de que o valor presente da operação pode ser inferior ao saldo devido o que, em caso de dúvida, deve ser regido pela resolução 1.187/09 que aprova NBC TG 30, que trata de receitas; e • Operações contratadas, ou até mesmo estimadas, que gerem ativos ou passivos devem ser reconhecidas por seu valor presente. **11 - Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio de Contábil de Continuidade. **12 - Exercício Social:** Conforme estabelece o Art. 41 do Estatuto Social da Instituição, o exercício social coincide com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. São Paulo, 31.12.2018.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor...**

Prof. Dr. Ronaldo Ramos Laranjeira - Diretor Presidente da SPDM
Relatório dos Auditores Independentes: Opinião sobre as Demonstrações contábeis: Examinamos as Demonstrações Contábeis da *SPDM - Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina Centro Especializado da Assistência Farmacêutica - CEAR Vila Mariana* que compreendem o Balanço Patrimonial, em 31.12.2018, e as respectivas Demonstrações do Resultado do Período, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes Notas Explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição Patrimonial e Financeira da entidade, em 31.12.2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as Demonstrações Contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas res-

...continuação	pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos,	bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir	modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo/SP, 29.03.2019. Audisa Auditores Associados - CRC/SP 2SP 024298/O-3; Ivan Roberto dos Santos Pinto Junior - Contador - CRC/RS 058.252/O-1 - CVM: Ato Declaratório Nº 7710/04; Ricardo Roberto Monello - Contador - CRC/SP 1SP 161.144/O-3 - CNAI - SP - 1619.
----------------	---	--	---

UNIVERSO ONLINE S.A. E CONTROLADAS											
CNPJ/MF 01.109.184/0001-95 - NIRE 35.300.198.10-7											
Relatório da administração											
Senhores acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o presente relatório relacionado às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2018.											
Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)											
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e patrimônio líquido	Controladora		Consolidado			
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017		
Circulante					Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.835.009	224.894	5.602.044	296.245	Fornecedores	207.196	294.902	318.449	215.869		
Aplicações financeiras	1.551.847	-	1.551.847	210.103	Obrigações com terceiros	-	-	4.324.198	3.080.569		
Contas a receber	122.361	123.265	8.345.758	3.713.022	Empréstimos e financiamentos	13.098	24.181	25.021	36.273		
Estoques	-	-	88.551	61.609	Salários e encargos sociais	56.015	51.123	178.014	124.445		
Impostos a recuperar	25.922	2.450	102.552	28.290	Impostos e contribuições	6.953	3.613	95.013	61.862		
Adiantamentos a fornecedores	9.224	1.159	18.487	4.871	Provisão para contingências	19.385	13.917	32.191	52.382		
Despesas pagas antecipadamente	14.446	11.837	45.088	52.550	Adiantamentos de clientes	17.325	17.682	59.974	30.749		
Depósitos judiciais	-	205	-	268	Dividendos estatutários a pagar	10.757	-	10.757	-		
Outras contas a receber	4.736	10.379	8.482	8.668	Outras contas a pagar	2.701	4.406	44.386	8.157		
Total do ativo circulante	4.563.544	374.189	15.762.810	4.375.625	Total do passivo circulante	333.430	409.824	5.088.002	3.610.307		
Não circulante					Não circulante						
Contas a receber de clientes	-	-	373	466	Fornecedores	909	3.283	909	3.283		
Depósitos judiciais	36.402	33.420	41.421	36.902	Empréstimos e financiamentos	58.245	70.699	65.230	89.527		
Impostos a recuperar	-	6.139	5.023	10.975	Impostos e contribuições	-	-	1.213	2.172		
Imposto de renda diferido	-	84.566	-	249.690	Imposto de renda diferido	252.004	51.778	468.182	292.115		
Despesas pagas antecipadamente	3.979	4.834	7.160	9.301	Provisão para contingências	7.578	7.584	41.771	7.972		
Outras contas a receber	11.288	11.288	38.917	35.060	Outras contas a pagar	7.585	6.952	30.624	33.567		
Investimentos em empresas controladas	4.177.980	1.755.578	-	-	Total do passivo não circulante	326.321	140.296	607.929	428.637		
Imobilizado	59.700	75.724	220.143	196.564	Total do passivo	659.751	550.120	5.695.931	4.038.943		
Intangível	180.496	185.407	1.261.565	1.122.011	Patrimônio líquido						
Total do ativo não circulante	4.469.846	2.156.956	1.574.600	1.660.969	Capital social	357.755	1.000.000	357.755	1.000.000		
					Reserva legal	71.551	80.082	71.551	80.082		
					Reserva capital	86.506	86.506	86.506	86.506		
					Reserva de retenção de lucros	1.073.450	1.014.588	1.073.450	1.014.588		
					Ajustes de avaliação patrimonial	6.958.484	(30.142)	6.958.484	(30.142)		
					Ações em tesouraria	(174.107)	(170.008)	(174.107)	(170.008)		
					Patrimônio líquido atribuído ao controlador	8.373.639	1.981.025	8.373.639	1.981.025		
					Participação dos não controladores	-	-	3.267.840	16.626		
					Total do patrimônio líquido	8.373.639	1.981.025	11.641.479	1.997.651		
Total do ativo	9.033.390	2.531.145	17.337.410	6.036.594	Total do passivo e patrimônio líquido	9.033.390	2.531.145	17.337.410	6.036.594		
Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)											
Atribuível ao controlador											
Reservas de lucros											
	Capital social	Reserva legal	Reserva de capital	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.000.000	60.714	86.506	662.188	-	(168.067)	(27.975)	1.613.367	10.685	1.624.052	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	387.368	-	-	387.368	4.477	391.845	
Constituição de reserva legal	-	19.368	-	-	(19.368)	-	-	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(15.600)	-	-	(15.600)	-	(15.600)	
Transferência para retenção de lucros	-	-	-	352.400	(352.400)	-	-	-	-	-	
Recompra de ações / aquisição de participação adicional	-	-	-	-	-	(1.941)	(2.167)	(4.108)	1.464	(2.644)	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.000.000	80.082	86.506	1.014.588	-	(170.008)	(30.142)	1.981.025	16.626	1.997.651	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.075.676	-	-	1.075.676	414.365	1.490.041	
Distribuição de dividendos / reservas de retenção de lucro	-	-	-	(1.014.588)	(10.757)	-	-	(1.025.345)	-	(1.025.345)	
Constituição de reserva de retenção de lucro	-	-	-	1.064.919	(1.064.919)	-	-	-	-	-	
Recomposição da reserva legal	-	(8.531)	-	8.531	-	-	-	-	-	-	
Redução de capital	(642.245)	-	-	-	-	-	-	(642.245)	-	(642.245)	
Recompra de ações / aquisição de participação adicional	-	-	-	-	-	(4.099)	(16.733)	(20.832)	-	(20.832)	
Venda de ações	-	-	-	-	-	-	7.005.359	7.005.359	2.836.849	9.842.209	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	357.755	71.551	86.506	1.073.450	-	(174.107)	6.958.484	8.373.639	3.267.840	11.641.479	
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)											
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais											
Lucro líquido do exercício	1.075.676	387.368	1.490.040	391.845	Depósitos judiciais	(2.777)	(1.807)	(4.251)	700		
Despesas (receitas) que não representam movimentação de caixa:					Despesas pagas antecipadamente	(2.792)	1.134	8.268	(27.632)		
Depreciação e amortização	105.425	108.606	304.414	276.551	Outras contas a receber / pagar	471	(2.186)	(7.143)	18.468		
Acréscimo de provisão para perdas em controladas	1.255	-	-	-	Fornecedores	5.934	(7.004)	97.547	18.655		
Equivalência patrimonial	(461.939)	(339.509)	-	-	Obrigações com terceiros	-	-	1.243.629	1.776.538		
Imposto de renda e contribuição social correntes	39.006	-	225.449	223.724	Salários e encargos sociais	4.892	(15.108)	51.238	21.767		
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	222.676	12.157	369.888	104.784	Impostos e contribuições	(36.020)	(6.405)	13.378	(21.243)		
Acréscimo de provisão para créditos de liquidação duvidosa	21.082	21.491	94.380	74.094	Adiantamento de clientes	(358)	-	29.224	(4.139)		
Acréscimo de provisão para contingências	3.409	2.470	5.843	15.801	Participação dos não controladores	-	-	-	5.941		
PILP (remuneração ações)	-	-	264.179	-	Caixa gerado pelas atividades operacionais	988.499	177.892	(951.493)	860.115		
Acréscimo provisão para obsolescência de estoques	-	-	20.070	-	Imposto de renda e contribuição pagos	(2.273.165)	-	(2.480.755)	(171.991)		
Reversão perda não realizada em operação de "swap"	-	-	-	784	Juros recebidos / pagos	(4.083)	(11.798)	389.269	185.691		
Juros, receita de aplicações financeiras e variação cambial, líquida	5.595	6.966	12.329	17.515	Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(1.288.749)	166.094	(3.042.978)	873.814		
Participações minoritárias	-	-	-	(4.477)	Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimento	(1.720.887)	104.901	(1.810.282)	(397.408)		
Variação de ativos e passivos operacionais					Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	5.619.748	(55.109)	10.159.060	(272.747)		
Contas a receber	(33.901)	(10.576)	(5.117.703)	(2.039.466)	Aumento do caixa e equivalentes de caixa	2.610.115	215.886	5.305.799	203.660		
Estoques	-	-	(47.012)	(38.112)	Saldo inicial:						
Impostos a recuperar	(13.186)	17.059	(53.211)	45.049	Caixa e bancos	224.894	9.008	296.245	92.585		
Imposto de renda diferido	62.116	2.952	61.565	3.087	Saldo final:						
Adiantamento a fornecedores	(8.065)	282	(13.616)	(119)	Caixa e bancos	2.835.009	224.894	5.602.044	296.245		
					Movimentação líquida do caixa e equivalentes de caixa	2.610.115	215.886	5.305.799	203.660		
Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)											
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados											
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados											
Lucro bruto											
Recargas (despesas) operacionais											
Com vendas											
Gerais e administrativas											
Participações em sociedades controladas:											
Resultado de equivalência patrimonial											
Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais - R\$)											
Lucro líquido do exercício											
Aquisição de participação adicional											
Resultado abrangente do exercício											
Parecer dos auditores											
As demonstrações financeiras foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalvas em 02 de abril de 2019, nos seguintes termos "Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Universo Online S.A. e do Universo Online S.A. e empresas controladas em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil". As notas explicativas, acompanhadas do relatório dos auditores independentes estão disponíveis junto à Administração da Companhia.											
A Diretoria						Glauber Aleixo Frediani – Contador – CRC SP270604/O-7					